

## INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO FAZER DOCENTE COM CRIANÇA AUTISTA

Anne Caroline Pedroso Turibi <sup>1</sup>  
Lucilene Pacheco Santos <sup>2</sup>

**RESUMO:** O número de crianças portadoras de algum tipo de deficiência vem crescendo ao longo dos anos, gerando inúmeros avanços na legislação inclusiva. É o dever das escolas regulares receberem estas crianças com Espectro do Autismo. Isso nos motiva a refletir acerca da inclusão na Educação Infantil frente aos desafios e perspectivas no fazer docente com a criança autista. Docentes que necessitam buscar formação continuada para atender esta crescente demanda, porém grande parte sente-se despreparadas no saber fazer e saber com a criança com algum tipo de Necessidade Especial. Foi um estudo balizado pelo marco de teóricos como MANTOAN, (2003); GOMEZ PALÁCIO, CARVALHO, (2009), entre outros. Teve o objetivo geral de analisar a percepção dos docentes quanto aos desafios enfrentados no processo de inclusão e os objetivos específicos de: I. Analisar aspectos da inclusão na Educação Infantil, II. Identificar os principais desafios da inclusão e recursos utilizados na prática docente, para que houvesse uma maior compreensão de como os educadores enxergam este cenário inclusivo para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada com três professoras da Educação Infantil II Período. Os resultados da pesquisa mostraram que muito se propala em acolher todas as crianças autistas. Mas, o que se constatou foram as condições contraditórias sobre Inclusão. Notavelmente, docente que alijam a criança, nem mesmo demonstrava o interesse em referir-se a criança pelo próprio nome. E sim, “aquele ali”. Ser mediadora de criança autista na Educação Infantil, ainda em formação docente em Pedagogia, foi talvez um dos aprendizados mais significativo. Tendo em vista, a incipiente de uma equipe pedagógica para trabalhar com crianças (TEA). Uma das alternativas identificadas para enfrentar este entrave tem sido a Formação Continuada, a especialização de quem cotidianamente para supera desafios com este alunado precisa de rotinas pedagógicas precisamente planejadas específicas para intervenções em processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Desafios da Inclusão. Autismo. Educação Infantil. Percepção do Docente. Formação Continuada

### INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Brasileira de Autismo, o Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por alterações presentes desde idades muito precoces, a partir dos três anos de idade, e que se define sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. Estima-se que no Brasil existem dois milhões de autistas, e o que torna a questão mais grave é o preconceito e a falta de tratamento adequado. Logo, é necessário que seja adotada uma abordagem adequada e eficiente para que a criança consiga se desenvolver

---

<sup>1</sup> Pós-Graduanda em Psicopedagogia e Educação Inclusiva na Universidade Uniasselvi - AM [annecarolinepedroso@email.com](mailto:annecarolinepedroso@email.com);

<sup>2</sup> Professora Orientadora: Mestre em Educação, Faculdade ESBAM - AM, [luspacheco@hotmail.com](mailto:luspacheco@hotmail.com)

durante sua vida escolar e social.

Apesar da Lei nº 12.764/2012, conhecida por Lei Berenice Piana, ser implementada e instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, dando direito a todas as políticas de inclusão do país às pessoas com espectro autista e abrindo caminhos para avanços da inclusão no país. Ainda é possível presenciar escolas e profissionais despreparados para receber tal demanda, onde a lei, na prática garante apenas a matrícula e onde a inclusão passa longe de ser uma realidade. Diante disto, os docentes que vêm fazendo parte deste processo de inclusão, enfrentam desafios que ainda estão sendo estudados e acompanhados pela ciência, já que o autismo se apresenta de formas distintas e com mudanças constantes.

É muito pertinente refletirmos sobre o que declara o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) ao colocar que o principal desafio “da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança e que seja capaz de educar sem discriminação respeitando as diferenças” (p. 37).

Desta experiência incrível, diversos questionamentos pulsaram, porém, quando a docente responsável pela turma, ao invés de chamar as crianças pelo nome, referia-se a elas pela sua deficiência, gerou certa inquietação e interesse em refletir e questionar sobre o seguinte problema: de que maneira os docentes que atuam em sala de aula de ensino regular vêm enfrentado os desafios da inclusão de crianças especiais na educação?

Essa pesquisa teve o objetivo geral de analisar a percepção dos docentes quanto aos desafios enfrentados neste processo de inclusão do autismo nas escolas e o presente artigo tem como objetivos específicos: 1) analisar aspectos de inclusão na educação infantil; 2) identificar os principais desafios da inclusão de autismo na educação infantil aliado aos recursos utilizados para garantir o aprendizado; e por fim, 3) averiguar a percepção dos docentes quanto aos desafios enfrentados na inserção das atividades inclusivas.

Quanto aos procedimentos metodológicos a presente pesquisa fez uso de abordagem qualitativa, tratando-se de um processo que exige muito rigor do pesquisador, pois a observação do fenômeno está certamente empregada pela história pessoal daquele que a observa (MALHEIROS, 2011, p. 188). Além disso, Malheiros acrescenta que “o trabalho qualitativo exige métodos rigorosos, que sejam capazes de explicitar que o investigador chegou o mais

perto possível do fenômeno, portanto, suas conclusões não se dão na base de suas crenças individuais” (2011, p. 189), onde os resultados podem ser variáveis durante a pesquisa.

Para que fosse possível compreender com maior abrangência a real percepção da docente participante da pesquisa quanto a sua atuação na inclusão de alunos autistas, optou-se pela utilização da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, que, segundo Minayo (2007, p. 64), combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre a temática abordada não limitando-se a indagações pré-formuladas.

O campo da investigação deu-se por meio da vivência em Estágio Remunerado em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) com o trabalho de mediadora de salas regulares de ensino, mas, com crianças inclusas, que eram diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down e Deficientes auditivos. Três docentes que atuam em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) da rede pública de ensino situada na Zona Sul da cidade de Manaus que atende crianças na faixa de 3 a 5 anos.

No contexto da Educação Infantil, Mantoan (2003, p. 67) esclarece que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Através da demanda de alunos especiais do Centro Municipal de Educação Especial (CMEE), a Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Educação do Amazonas (SEMED-AM), fez uma seleção de mediadores com o intuito de proporcionar melhorias para as devidas crianças sendo qual for a deficiência.

Houve uma capacitação abrangendo: a Política de Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva, Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista, Aulas de Libras e aulas práticas com confecção de materiais para serem utilizados com os alunos, fazendo dessa forma, que os mediadores recebessem orientações referente à educação especial com palestrantes de Psicologia.

Faz-se necessário mencionar também MANTOAN (2011, p. 27), que segundo esta linha de ambiente escolar como ferramenta de inclusão, faz a seguinte declaração:

(...) garantir a interação e socialização entre os educandos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de troca de experiências que possam beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral.

Representando um marco na luta pela inclusão de estudantes portadores do TEA, surge na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Também conhecida como lei Berenice Piana, nome da mãe de um menino chamado Ryan Piana de Piana portador do TEA, que após receber o diagnóstico do filho ingressou na defesa pelos direitos dos autistas no Brasil.

A interação de crianças especiais com os outros alunos permite a construção de um ambiente de inclusão e tolerância, onde as crianças podem perceber o outro como parte da turma, do círculo social, deixando de lado as diferenças e gerando empatia pelos colegas. Contribui para a ampliação da percepção de sociedade e comunidade, minimizando as diferenças e prevenindo quanto a preconceitos futuros.

Quanto aos alunos que possuem TEA, este contato com os demais colegas de classe estimula momentos de lazer e aprendizado, gerando vínculos emocionais que o encorajam no enfrentamento da própria limitação, onde passam a mudar a percepção sobre si mesmo e dessa forma, de fato desenvolverem-se. Com base nisso, logo, temos que a educação inclusiva é um conjunto de ações políticas, sociais e pedagógicas, que se fundamentam nos direitos humanos e na ideia de igualdade.

Desafios da inclusão do TEA na educação infantil quando se imagina sobre os desafios em processo de inclusão, especificamente, sobre o autismo, uma das primeiras coisas é a melhoria de propostas principalmente na formação docente. De acordo com Carvalho (2009), alguns professores do ensino regular costumam afirmar que pouco ou nada podem fazer para a superação das dificuldades desses aprendizes. Estes docentes encontram-se muitas das vezes, despreparados e desmotivados para enfrentar o desafio, limitando a aprendizagem de seus alunos, quando, por falta de entendimento passam a evitar a disponibilidade de maior gama de atividades, pois os mesmos, acreditam que os alunos são mentalmente retardados.

Para Matos (2013), para que haja o “alcance da democratização do ensino, é necessário que seja quebrada a ideia de que a inclusão escolar acontece através da matrícula” e apenas neste momento, pois se assim fosse, não haveria diferença alguma no tratamento da criança, o

que evidenciaria as diferenças entre os alunos, e que por sua vez aumentaria a discriminação entre eles. Este é um dos principais desafios enfrentados nas escolas quando o assunto é inclusão.

A inclusão não se trata de um fenômeno isolado, o ponto a levarmos em consideração é que os entraves não são exclusivos da educação infantil, estamos falando de milhões de brasileiros que estão inseridos nas escolas e encontram um ambiente por vezes hostil, onde a indiferença dos colegas de classe é perceptível, resultante do desconhecimento e em alguns casos, até da própria ignorância, alunos e profissionais da educação não têm o conhecimento básico para conviver harmoniosamente com estes alunos com TEA. Portanto, a qualidade é um dos quesitos necessários nas ações pedagógicas, diversidade de atividades, interação do aluno com TEA.

A qualificação da equipe escolar, para melhor atender o público inclusivo, vai além dos professores e assistentes, e é necessário incluir a direção da escola e todos os que nela trabalham (CARVALHO, 2009, p. 90). Isto torna-se relevante quando refletimos que em algum momento da rotina da criança na escola, alguém que acredita não ter a responsabilidade e as obrigações de um educador, uma hora irá utilizar termos inadequados e por vezes, preconceituoso, para referir-se à criança. Seja na sala de aula, ou no refeitório, ou na área de esportes da escola, é preciso pensar uma inclusão que abranja a escola como um todo.

Docentes e pedagogos podem sentir que não estão capacitados para o exercício de atividades inclusivas, por desconhecer os resultados de tal prática e o impacto que isto trará à criança. A inserção de crianças com TEA nas escolas é uma realidade que não pode ser ignorada e muito menos limitada a atividades improdutivas e sem relevância educativa, trazendo a necessidade destes profissionais se especializarem e se qualificarem para estarem preparados frente à demanda existente, pois a inclusão do aluno, não diz respeito a colocar crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças (MITTLER, 2003, p. 16-34).

As mudanças necessárias para tornar o ambiente escolar inclusivo depende sim da qualidade da formação inicial e continuada de nossos educadores, mas mais ainda da implementação de espaços dialógicos na escola, para esclarecimento de dúvidas, compartilhamento de medos e receios, para que todos possam aprender em conjunto, e aprimorar o relacionamento com o alunado incluso.

Uma escola inclusiva é aquela que procura oferecer aos seus alunos respostas educativas adequadas às suas necessidades, ainda que demande recursos especializados (GLAT, 2007). Nesta pesquisa observamos a realidade da inclusão na esfera escolar pública, onde já se espera encontrar um cenário limitado de atividades e estrutura educacional, por outro lado, os pais podem vir a ter a ideia de que encontrarão atendimento especializado apenas na esfera escolar privada. Já que incluir estudantes portadores do TEA, seja obrigatório por lei, a recepção destes deveria possuir uma atenção maior quanto à efetivação deste atendimento, assim como acontece em escolas de cunho privado, pois o fato de a escola ser pública não justifica o descaso encontrado no cotidiano escolar.

A inclusão de crianças com TEA no ensino regular pode promover grandes avanços em seu desenvolvimento nos processos de ensino-aprendizagem, socialização e inserção ao meio social, isso se dá por meio do compromisso por parte do corpo docente, que buscam a capacitação e o auxílio de uma equipe multidisciplinar. Desta forma, pode-se oferecer um atendimento mais direcionado à inclusão, bem como, combater possíveis posições discriminatórias na oratória dos funcionários.

Acrescenta-se que, para que haja uma sociedade inclusiva, como a Lei Berenice Piana, nº 12.764/2012 incentiva, devemos ter sobretudo atenção em nossas ações e expressões quando nos comunicamos e nos referimos ao tema, da mesma forma aos portadores do TEA, pois através de nossa linguagem podemos discriminar ou respeitar alguém, e as palavras têm um peso muito significativo neste cenário.

O trabalho de integração dos alunos com autismo precisa ter alicerces para que seja realmente viabilizado, e estas bases podemos encontrar na união de docentes, pais, e toda uma equipe multidisciplinar de apoio. Deve-se enxergar a inclusão dos portadores do TEA e as atividades inclusivas como parte do projeto educativo da instituição (RCNEI, 1998, p. 37).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que esta etapa é uma das mais importante para o desenvolvimento da criança “A Educação Infantil é tudo”, mas talvez uma grande problemática seja: como incluir uma criança especial na pré-escola?

No contexto da Educação Infantil, Mantoan (2003, p. 67) esclarece que:

a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Assim, temos que a inclusão na educação infantil não se limita a uma deficiência em específico, mas tem a importante função de tornar a escola em um lugar adequado a todos, com a mesma qualidade de ensino, e ainda despertar o que há de melhor em cada aluno. O corpo docente deve destacar as aptidões dos alunos, de modo que seja alcançado o desenvolvimento cognitivo de cada um, porém, para o autor Gómez-Palacio (2002, p. 7), alerta que:

o problema da Integração ou da inclusão, como a chamam alguns, não é um problema fácil de resolver, embora sem dúvida, precisamos avançar nessa tarefa. Há muitos caminhos e muitas modalidades na integração. Querer estabelecer um sistema único de integração escolar seria o maior dos erros (...).

Logo, fica evidente que a educação infantil representa um momento importante na vida das crianças, onde é possível identificar a diferença no ritmo de aprendizagem dos alunos. Há aqueles que aprendem com facilidade e autonomia e os que possuem dificuldades e dispendem maior auxílio pedagógico. Isto revela que a dificuldade no aprendizado pode ser oriunda não somente de limitações físicas, mas cognitivas também

Para ANTUNES (2009), A Educação Infantil no contexto da educação brasileira está descrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDBEN) estabelece:

Art.29. A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança ate seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.  
(p 13)

E, quanto algumas Diretrizes gerais para a educação infantil podemos citar alguns eixos:

A Educação Infantil é oferecida para, em complementação a ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiencias e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

As crianças com necessidades especiais deve, sempre que possível, ser atendidas na rede regular de creches e pré-escolas.

Art. 30 – A educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade. (...)

Para Rita de Biaggio (2007, p.19), “o aumento de crianças deficientes na Educação Infantil faz parte do movimento mundial pela inclusão. Mas se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos é também desafio para instituições, sociedade e professores”. É de grande valia citar a Declaração de Salamanca como um dos marcos da inclusão internacional, que em 1994, na cidade de Salamanca na Espanha, foi um documento que destacou a necessidade da inclusão no ambiente educacional, bem como, da criação de políticas públicas direcionadas a atender a todas as pessoas com igualdade social, política, econômica e sociocultural. Por meio deste contexto, demonstra-se com importância que seja as escolas recepcionem todas as crianças com qualidade, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não, buscando atingir o propósito de alcançar a igualdade através da participação dos alunos envolvidos nas atividades inclusivas.

Para NILSSON (2003), “o objetivo da educação especial é o de reduzir os obstáculos que impedem o indivíduo de desempenhar completa atividades e participação plena na sociedade”. Assim, a escola é uma porta de entrada para a mudança e acolhimento de crianças com TEA, ao passo que neste ambiente os docentes têm uma gama de possibilidades na realização de seu trabalho, que virá a mudar a atmosfera social de seus alunos, viabilizando uma sociedade mais tolerante.

Faz-se necessário mencionar também MANTOAN (2011, p. 27), que segundo esta linha de ambiente escolar como ferramenta de inclusão, faz a seguinte declaração:

(...) garantir a interação e socialização entre os educandos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de troca de experiências que possam beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral.

A interação de crianças especiais com os outros alunos permite a construção de um ambiente de inclusão e tolerância, onde as crianças podem perceber o outro como parte da turma, do círculo social, deixando de lado as diferenças e gerando empatia pelos colegas. Contribui para a ampliação da percepção de sociedade e comunidade, minimizando as diferenças e prevenindo quanto a preconceitos futuros.

Quanto aos alunos que possuem TEA, este contato com os demais colegas de classe estimula momentos de lazer e aprendizado, gerando vínculos emocionais que o encorajam no

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



enfrentamento da própria limitação, onde passam a mudar a percepção sobre si mesmo e dessa forma, de fato desenvolverem-se. Com base nisso, logo, temos que a educação inclusiva é um conjunto de ações políticas, sociais e pedagógicas, que se fundamentam nos direitos humanos e na ideia de igualdade.

Quando se imagina sobre os desafios em processo de inclusão especificamente sobre o autismo uma das primeiras coisas é a melhoria de propostas principalmente na formação docente. De acordo com Carvalho (2009), alguns professores do ensino regular costumam afirmar que pouco ou nada podem fazer para a superação das dificuldades desses aprendizes. Estes docentes encontram-se muitas das vezes, despreparados e desmotivados para enfrentar o desafio, limitando a aprendizagem de seus alunos, quando, por falta de entendimento passam a evitar a disponibilidade de maior gama de atividades, pois os mesmos, acreditam que os alunos são mentalmente retardados.

As mudanças necessárias para tornar o ambiente escolar em inclusivo depende sim, da qualidade da formação inicial e continuada de nossos educadores, mas mais ainda da implementação de espaços dialógicos na escola, para esclarecimento de dúvidas, compartilhamento de medos e receios, para que todos possam aprender em conjunto, e aprimorar o relacionamento com o alunado incluído.

Bueno (1999) salienta a importância de se ter docentes capacitados para o trato do ensino inclusivo, onde para que o processo inclusivo tenha êxito na perspectiva da construção efetiva da educação inclusiva, a formação de professores e a qualificação do ensino para crianças com necessidades educativas especiais envolve, pelo menos, dois tipos de formação profissional: de um lado temos a formação convencional dos professores do ensino regular para incluírem alunos com necessidades educativas especiais nas salas de aula, de outro, a formação especializada nas diferentes necessidades educativas especiais.

Para que seja possível incluir crianças com o TEA no ensino regular, é preciso orientação e assistência, bem como, o oferecimento de apoio especializado aos docentes que atendem alunos com esta deficiência. Há, portanto, a carência no ensino regular de professores auxiliares, pois, além de atenderem diretamente esta demanda, estes podem dar apoio aos professores não especializados que estejam integrando alunos com TEA em suas classes.

A inclusão de crianças com TEA no ensino regular pode promover grandes avanços em seu desenvolvimento nos processos de ensino-aprendizagem, socialização e inserção ao meio social, isso se dá por meio do compromisso por parte do corpo docente, que buscam a capacitação e o auxílio de uma equipe multidisciplinar, dessa forma, pode-se oferecer um

atendimento mais direcionado à inclusão, bem como, combater possíveis posições discriminatórias na oratória dos funcionários. Crianças que tem dependência de um adulto para auxiliá-la até em ações mais simples como escovar os dentes ou segurar um lápis, podem, através do ensino inclusivo de qualidade, adquirir autonomia e autoconfiança, realizando atividades diárias que talvez até seus pais desconheçam a capacidade de fazê-lo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa realizada, concluiu-se que o tímido preparo do profissional docente da Educação Infantil aos Anos Iniciais pode acarretar em discriminação e até em exclusão social no ambiente escolar, onde os alunos com o espectro autista passam a serem isolados dos colegas de classe, bem como, percebidos como diferentes pelos próprios docentes, que ao invés de destacar aptidões, acabam por evidenciar suas limitações.

Vale ressaltar que a inclusão é muito abrangente, com nuances dinâmicas que geram incerteza e baixa previsibilidade de dificuldades que podem surgir, e as mesmas deverão ser enfrentadas no dia a dia da sala de aula com alunos no Espectro Autista. Atuar como mediador de uma criança autista possibilitou aprender e apreender que a realidade do fazer docente na Educação Infantil é pedagogicamente além dos desafios de desenvolver o campo das experiências que precisam ser trabalhadas no Campo da Experiências.

Por fim, acredita-se que de certa maneira muito ainda é ignorado e mal compreendido quanto a Inclusão. De fato, caminha-se por e para novas conquistas e efetivação das Políticas Públicas Educacionais que venham a atender a uma legislação mais abrangente, pois a inclusão embora, a cada dia esteja em notoriedade nos debates da Escola Inclusiva, ainda falta um longo percurso para aproximar e efetivar a inclusão na Educação Infantil desafios e perspectivas no fazer docente com a criança autista.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BIAGGIO, Rita de. A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. **Revista Criança**, Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL, **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

CARVALHO, R. E. **Inclusão e Escolarização de alunos autistas.** In: **Pedagogia em Ação**, vol. 1, n.1, p.1-141. Jan-Jun, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogia/article/view/658>. Acesso em: 15/11/2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Espanha: Salamanca, 1994.

GÓMEZ-PALACIO, M. *La educación especial.* México, DF: fundo de Cultura Econômica, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública municipal de Manaus.** Manaus: Edua, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade.** 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MITTLER, T. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

NILSSON, I. **A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem.** Temas sobre desenvolvimento, v. 12, n.68, p. 5-45, 2003.

PREFEITURA DE MANAUS. **Prefeitura avança na Educação Especial com formação de mais de 400 mediadores.** Disponível em: <http://semed.manaus.am.gov.br/prefeitura-avanca-na-educacao-especial-com-formacao-de-mais-de-400-mediadores/> Acesso em: 28 de outubro de 2018.